

ESCRITAS DE SI E UMA AGENDA CONTEMPORÂNEA: O INEVITÁVEL FIM DO PACTO AUTOBIOGRÁFICO?

Rodrigo ORDINE*

■ **RESUMO:** A teoria de Philippe Lejeune (1996) foi responsável por um marco epistemológico para pesquisas no campo do gênero autobiográfico. Neste artigo, contudo, propõe-se a reavaliação das definições iniciais do pesquisador francês a partir da análise da obra *Beira-mar* (1985), de Pedro Nava, em diálogo com as proposições críticas de José Carlos da Costa (2007). Aventa-se, ainda, a referencialidade a outras obras literárias, tais quais *Romance negro com argentinos* (2001), de Luisa Valenzuela, *O aleph* (2001), de Jorge Luís Borges e *Como me hice monja* (2004), de César Aira. Em acréscimo, pretende-se discutir o gênero autobiográfico a partir da posição crítica de teóricos como Robert Folkenflik (1993) e Jerome Bruner (1993), objetivando defender uma noção de ficção como manufatura, apoiada no conceito de ficcionalidade, como definido por Heidrun Krieger Olinto (2003). Dessa forma, intenciona-se assinalar, como uma das agendas contemporâneas das escritas de si, a hipótese da prescindível categoria de pacto autobiográfico para a composição, recepção e/ou análise de obras literárias de cunho autorreferencial.

■ **PALAVRAS-CHAVE:** Pacto autobiográfico. Ficção. Manufatura. Ficcionalidade. Escritas de si.

O estudo da memória, enquanto um dos elementos constituintes das identidades individual e coletiva, é um dos aspectos que caracterizam a pesquisa literária dos últimos anos do século XX e início do XXI. O que se pode notar é a existência de movimentos de resgate de múltiplos elementos que, se não fossem recolhidos e preservados, tenderiam ao desaparecimento (tais quais acervos de escritores e material epistolar), como aponta Cecil Zinani (2010). Além disso, a memória nos processos de construção e reconstrução de identidades individuais tem sido utilizada como articulador literário para problematizar um passado que demanda significado e/ou ressignificação: dando vozes aos que não podem falar, criam-se personagens que se atrelam a suas memórias e delas fazem a leitura de si mesmos, evocando memórias como proteção, prisão e/ou procurando interpretar um presente continuamente atingido por memórias traumáticas, de culpa e de desconforto.

* UNILAB – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. Instituto de Humanidades e Letras. Redenção – CE – Brasil. 62790-000 – ordine@unilab.edu.br

Assim, as escritas de si, termo que acaba por englobar as mais variadas produções literárias no que se refere a gêneros (autobiografia, romance memorialista, autoficção, entre outros), têm sido utilizadas para narrar, ainda que de forma fragmentária, tanto os grandes eventos que envolvem personalidades destacadas (num movimento de memória histórica) quanto acontecimentos que compõem a vida dos seres ordinários.

Pedro Nava (1985), escritor brasileiro, através dos volumes de seu relato memorialístico¹, em especial *Beira-mar*, cria um narrador que articula história e ficção de modo a configurar o panorama de seus anos pregressos. Dialogarei, inicialmente, com o pesquisador José Carlos da Costa (2007), com a intenção de problematizar o processo de construção autobiográfica de *Beira-mar* no que tange o conceito de “pacto autobiográfico” composto por Philippe Lejeune (1996). Em seguida, proporei reflexões quanto a obras literárias de outros autores para construir o raciocínio que pretendo defender.

Costa (2007) afirma que a narrativa de *Beira-mar* está repleta de menções a objetos que revelam a compreensão do narrador quanto ao patrimônio histórico pessoal e familiar, apontando, ainda, para o movimento de tomada de posse de sua herança histórica (COSTA, 2007, p. 47). Uma das passagens da obra remete ao recolhimento do espólio do avô, major reformado. Espadas, retratos, documentos e fardas compõem as lembranças materiais de seu avô e são vistas pelo narrador Nava como fundamentais para a reconstrução de sua trajetória de vida. Essa memória-documento de um período histórico é também uma memória-pessoal na medida em que encerra em si a história dos seres que tiveram contato com tais objetos. Os objetos e as memórias que eles fazem brotar (tanto como enclausurar) são apontados pelo narrador como elementos fundamentais para a continuação da escrita dos próximos volumes de seu relato memorialístico: “Sem esse arquivo eu não teria podido completar a história da minha família materna e seria impossível o *Baú de ossos*.” (NAVA, 1985, p. 13).

Costa (2007) ainda registra que, no centro da preocupação quanto à preservação do material e dos documentos familiares (bem como quanto ao modo cuidadoso de elaborar seu relato), está o respeito à história factual, configurando um narrador memorialista que procura preservar a herança e a memória de um tempo, como afirmaria José Castelo (1988, p. 5 apud COSTA, 2007, p. 48) a respeito do processo criador das memórias de Nava: “Nava era um memorialista cauteloso. Antes de redigir cada um dos volumes de sua obra, despachava pelo correio um questionário às personalidades ainda vivas que seriam citadas, para se prevenir contra as imprecisões.” Ao assumir a posição de José Castelo, é possível

¹ O ciclo memorialístico de Pedro Nava é composto por: *Baú de ossos* (1972); *Balão cativo* (1973); *Chão-de-ferro* (1976); *Beira-mar* (1976); *Galo-das-trevas* (1981); *O círio perfeito* (1983). Há, ainda, a obra póstuma e incompleta, *Cera das almas* (2006). As datas informadas aqui se referem à primeira edição.

perceber que a abordagem de Costa (2007), na análise de *Beira-mar*, está centrada no conceito de pacto autobiográfico de Philippe Lejeune (1996). Contudo, antes de demonstrar os motivos que me levam a essa afirmação, pretendo recuperar parte das premissas de Lejeune.

A teoria do pensador francês foi construída, basicamente, a partir de três estudos: *Le pacte autobiographique*, escrito em 1972 e publicado em 1975; *Le pacte autobiographique (Bis)*, publicado em 1986 e presente na obra *Moi aussi*; e *Le pacte autobiographique, 25 ans après*, fruto de um congresso sobre autobiografia na Espanha, em 2001. Daqui por diante, identificarei os trabalhos de Lejeune por *Lpa*, *LpaBis* e *Lpa25*, respectivamente, apenas para facilidade metodológica.

Em *Lpa*, Lejeune (1996, p. 13, tradução nossa) questiona: “É possível definir a autobiografia?”². A princípio, realmente parece ser bastante complexa tal definição, visto que suscita uma delimitação num mundo cheio de confissões, testemunhos, memórias, casos, biografias, diários, entre outros ainda. Para prosseguir com sua proposta, o autor elabora uma definição do conceito de autobiografia para depois constituir o *corp*us de análise: assim, autobiografia será um: “[...] relato retrospectivo em prosa que uma pessoa real faz de sua própria existência, quando se centra na sua vida pessoal, especialmente sobre a história de sua personalidade.”³ (LEJEUNE, 1996, p. 14, tradução nossa).

Tal definição pôde ser criticada justamente por ter sido elaborada antes de uma análise do *corp*us, o que a torna uma definição fechada e extremamente arbitrária. Além disso, também é possível discordar, neste primeiro momento, das ressalvas quanto aos gêneros que são tidos pelo autor como não participantes do modelo autobiográfico: as memórias, que em geral não se relacionam a fatos particulares da vida do personagem; as biografias, por não haver identidade entre autor, narrador e personagem; o romance pessoal, onde apenas o autor e o narrador são idênticos; o autorretrato, por não ser escrito; o ensaio, por não ser retrospectivo; o diário, pela falta de perspectiva narrativa e, finalmente, o poema, por não se tratar de prosa.

Contudo, embora se possa observar problemas no posicionamento de Lejeune, prefiro ver nele o gérmen de criação de um ponto de disseminação do pensar sobre autobiografia, bem como entendê-lo como o responsável pela sistematização de muitos conceitos. Além disso, deve-se levar em consideração o jovem Lejeune em início de construção de um pensamento sobre as possibilidades e potencialidades da autobiografia.

É possível ver, por outro lado, que, em *LpaBis* (LEJEUNE, 1986, p. 15, tradução nossa), o autor procura fazer uma releitura de suas colocações iniciais, justificando seu método:

² “*Est-il possible de définir l'autobiographie?*”

³ “[...] *récit rétrospectif en prose qu'une personne réelle fait de sa propre existence, lorsqu'elle met l'accent sur sa vie individuelle, en particulier sur l'histoire de sa personnalité.*”

Na minha mente a definição era um ponto de partida para iniciar uma análise crítica dos fatores que entram na percepção de gênero. Mas, fora de contexto, citado como uma “autoridade”, pode parecer sectária e dogmática... Meu ponto de partida transformou-se em um ponto de chegada.⁴

Já em *Lpa25*, Lejeune (2001), ao analisar *Lpa* para a audiência do congresso sobre autobiografia na Espanha, revê seu caminhar desde os primeiros estudos sobre a autobiografia e as conclusões a que ele chegou. Nessa fala, abarcará todas as noções propostas em 1975, a fim de esclarecer sua posição, criticando-se em muitos pontos. Como tinha percebido já em *LpaBis* (LEJEUNE, 1986), o surgimento de novos modelos (por conta do advento da *web* e das profundas mudanças das sociedades) suscitam novas questões sobre o processo autobiográfico e o autor se dispõe, em 2016⁵, a comentar novamente toda a sua teoria.

Ainda em sua primeira obra, Lejeune propõe o termo “pacto autobiográfico”, como sendo, a princípio, a afirmação do próprio texto sobre a sua identidade. O pesquisador francês aponta que suas formas são muito diversas, mas, em todas, há a manifestação da intenção – como uma assinatura. Assim, o leitor aceita a obra autobiográfica como tal, crendo que, como autobiografia, uma história pautada na verdade será contada e, assim, estabelece-se o pacto.

Diferentemente do pacto romanesco, quando o leitor aceita sua ficcionalidade, no autobiográfico a verdade é o princípio para a leitura da obra. Em *Lpa*, Lejeune (1996, p. 31, tradução nossa) coloca:

[O pacto autobiográfico]: é o caso mais frequente (porque, muitas vezes, mesmo que não conste na capa do livro de modo solene, o pacto se configura dispersado e repetido ao longo do texto). Exemplo: As confissões de Jean-Jacques Rousseau, o pacto existe a partir do título, é desenvolvido no preâmbulo, e confirmado em todo o texto pelo uso de “Rousseau” e “Jean Jacques”.⁶

⁴ “*Dans mon esprit la définition était un point de départ pour lancer une déconstruction analytique des facteurs que entrent dans la perception du genre. Mais, isolée de son contexte, citée comme une ‘autorité’, elle pouvait apparaître sectaire et dogmatique... Mon pont de départ se transformait en point d’arrivée.*”

⁵ O pesquisador possui um sítio eletrônico onde disponibiliza seus estudos e informa os visitantes sobre eventos relacionados aos estudos autobiográficos. Nele, compromete-se a rever sua teoria no ano de 2016. Cf. Lejeune (2014).

⁶ “[*Pacte autobiographique*]: *c’est le cas le plus fréquent (car très souvent, pour ne pas figurer en tête du livre de façon solennelle, le pacte figure néanmoins dispersé et répété tout au long du texte). Exemple: les Confessions de Jean-Jacques Rousseau; le pacte figure dès le titre, il est développé dans le préambule, et confirmé tout au long du texte par l’emploi de ‘Rousseau’ et de ‘Jean-Jacques’.*”

Essa ideia será retomada em *LpaBis* e *Lpa25*. Interessantemente, sua definição de pacto autobiográfico mostra que o narrador que constrói a história, ao “propor” o acordo de verdade, incita o leitor a entrar no jogo, o que sugere um acordo assinado pelas duas partes. Logo, toma-se como factual uma história e, assim, o leitor crê estar lendo algo ocorrido e verdadeiro.

Contudo, ao se tomar esse pensamento, conclui-se que a representação e a formação da identidade do personagem (obviamente, na autobiografia clássica, do narrador e do autor também) se dá na medida em que o leitor aceita o pacto: por isso centenas de autobiografias pretendem mostrar belos momentos da vida do personagem a fim de lhe garantir uma identidade positiva frente ao público leitor⁷. Portanto, para Lejeune, o pacto autobiográfico é fundamental na tentativa de se formar uma identidade – já que ela será encarada como real / verdadeira assim que o pacto for “assinado”.

Discordando de muitos preceitos do pacto autobiográfico de Lejeune, Robert Folkenflik (1993) mostra que, em geral, as autobiografias são em primeira pessoa, entretanto sua posição demarca que esse fator não exclui as outras formas existentes. Além disso, aponta o americano que uma autobiografia pode ser em prosa ou em verso, pode estar preocupada com a verdade ou não, já que o factível, segundo ele, não é interesse maior para as questões da autobiografia. Todavia, para aquelas autobiografias consideradas essencialmente ficcionais, o estudioso revela necessitar de uma gama maior de discussões teóricas para compreendê-las. Folkenflik (1993) aponta ainda que geralmente a autobiografia é escrita em idade avançada ou ainda na meia-idade, mas nada impede que ela seja escrita por um jovem. Muito embora apresente esses desvios em relação à teoria de Lejeune, o pensamento do pesquisador demonstra concordância em relação a outros pontos: por exemplo, na correlação entre a identidade do autor e a do protagonista e na marca essencial do passado (enquanto diários, por outro lado, tendem a remeter ao presente com mais intensidade).

Para além das configurações apresentadas acima, há o trabalho de Jerome Bruner (1993), que traz reflexões, a meu ver, fundamentais para a análise que empreenderei mais adiante. O pressuposto inicial de Bruner (1993, p. 38, tradução nossa) é que:

[...] uma autobiografia não é e não pode ser simplesmente uma maneira de significar ou se referir a uma ‘vida vivida’. Sou da opinião de que não há tal coisa como uma ‘vida vivida’ a se referir. Nessa visão, uma vida é criada ou construída pelo ato da autobiografia. [...] Construção e reconstrução são

⁷ É curioso notar que muitas dessas autobiografias são escritas por *ghost writers*, indivíduos com certo talento para a escrita e que fazem o papel de registrar as histórias contadas pelo “autobiógrafo”, muito embora sem aparecer na obra publicada. Embora digna de análise, essa configuração não será tratada neste artigo. Para mais informações, cf. Wilson (1991) e Oliver e Schmeinong (2000).

interpretativas. Como todas as formas de interpretação, a maneira como nós construímos nossas vidas está sujeita às nossas intenções, às convenções interpretativas disponíveis para nós, e aos significados impostos sobre nós pelos usos de nossa cultura e idioma.⁸

Ao levantar a importância da questão interpretativa e da força da cultura, Bruner (1993) mostra que a autobiografia não pode ser vista apenas como expressão pessoal, mas como um produto cultural plenamente construído. O autor defende, portanto, que o perceber e o lembrar – importantes para o ato autobiográfico – são, na verdade, processos de construção e reconstrução. Assim, a autobiografia é composta por meio de linhas interpretativas escolhidas/selecionadas pelo autobiógrafo que, ao criar um narrador, re-escreve a cultura. Bruner critica Lejeune ao dizer que seu conceito de pacto autobiográfico é um grande conjunto de critérios híbridos, como linguagem, sujeito, narrador e a situação do autor (se ele é a mesma pessoa que o protagonista). Ainda em crítica ao estudioso francês, Bruner (1993, p. 42, tradução nossa) pontua:

Ele pensa nelas [linguagem/sujeito/autor/narrador] como propriedades definidoras de um gênero autobiográfico. Mas elas não poderiam ser melhor consideradas como convencionais “condições de felicidade” geralmente impostas em atos de auto-revelação? Nesse sentido, a auto-revelação pode ser concebida como um ato de fala convencional, com as suas próprias condições de felicidade, assim como a promessa, o aviso e a declaração são atos de fala com suas condições. Minha própria visão é de que definições de um gênero (particularmente a autobiografia) servem principalmente como desafios para a invenção literária. Será que Lejeune realmente quer batalhar com *The last puritan*, de Santayana (na forma de um romance), com *Memories of a catholic girlhood*, de Mary McCarthy (publicados pela primeira vez como contos e depois reagrupados com comentários intersticiais como uma autobiografia), ou *Manhood*, de Michel Leiri (que se esforça para quebrar as regras de narrativa e de retrospectiva)? E que tal Wordsworth e o critério de prosa?⁹

⁸ “[...] *an autobiography is not and cannot be a way of simply signifying or referring to a ‘life as lived’*. I take the view that there is no such thing as a ‘life as lived’ to be referred to. On this view, a life is created or constructed by the act of autobiography. [...] *Construal and reconstrual are interpretive. Like all forms of interpretation, how we construe our lives is subject to our intentions, to the interpretive conventions available to us, and to the meanings imposed upon us by the usages of our culture and language.*”

⁹ “*He thinks of them [language/subject/author/narrator], as defining properties of an autobiographical genre. But might they not better be considered as conventional ‘felicity conditions’ imposed on acts of self-revelation generally? In this sense, self-revelation might be conceived of as a conventional speech act with its own felicity conditions, much as promising, warning, and declaring are speech acts with theirs. My own view is that definitons of a genre (particularly autobiography) serve principally*

Dessa forma, é importante observar que, à medida em que o autobiógrafo escreve sua obra, constrói um narrador perante o mundo, perante si mesmo, perante seu “destino” e perante sua própria interpretação, posturas que criam o conceito, defendido por Bruner, de *impersonating*, que traduzirei como “personificação”.

Esse conceito está pautado na proposta de que, na autobiografia, o eu que representa a identidade autor-narrador-personagem não é o eu que viveu, não é o eu que passou por todas as experiências, mas é o eu que atua na história. Assim, se um professor escreve sua autobiografia, o professor está personificando um professor, agindo como se fosse um, mas o professor que atua na obra literária não seria o mesmo que a escreve. Logo, parte daí toda a ligação que Bruner faz da autobiografia e da ficção, sendo a primeira uma extensão da segunda. Para advogar em favor de seu ponto de vista, Bruner (1993, p. 56, tradução nossa) assevera:

Enquanto a vida burocrática pós-moderna se torna mais insuportavelmente compartimentada, somos compelidos cada vez mais a “desempenhar um papel” em cada um dos compartimentos que podemos ocupar – personificar o que se é suposto ser. Assim como a ciência social “pós-moderna” – destaco Erving Goffman – explora a apresentação da face, o romance se mostra preocupado com o drama e as ironias da personificação. A autobiografia logo acompanha. A vida pode estar bem lá atrás?¹⁰

O que gostaria de enfatizar é que uma escrita memorialística não pode ser analisada tendo-se em mente se o que está sendo relatado aconteceu ou não. O compromisso da memória é mais demonstrar o que pôde/pode ser relatado do que configurar o sentido de história factual, visto que, no processo da escrita memorialística, além da seleção de fatos com exclusão de uns e acréscimo de outros (nem sempre de fato acontecidos), o que se deve levar em consideração é justamente o processo construtor de uma narrativa de memória: a ficção, como derivação do termo latino *ingere*, que remete ao processo de manufatura, trabalho manual, com os dedos (no inglês, *fingers*).

Assim, deve-se optar por não mais questionar se há confiabilidade na narrativa autobiográfica, mas compreender que é preciso a “[...] emergência da categoria de

as challenges to literary invention. Does Lejeune really want to do battle with Santayana’s The last puritan (in the form of a novel), Mary McCarthy’s Memories of a catholic girlhood (first published as short stories and them regrouped with interstitial comments as an autobiography), or Michel Leiri’s Manhood (which strives to break the rules of narrative and retrospection)? And what of Wordsworth and the prose criterion?”

¹⁰ *“As postmodern bureaucratic life becomes more unbearably compartmentalized, we are compelled increasingly to ‘play a role’ in each of the compartments we may occupy – to impersonate what we are supposed to be. Just as ‘postmodern’ social science – I single out Erving Goffman – explores the presentation of face, so the novel becomes preoccupied with the drama and the ironies of impersonation. Soon autobiography follows. Can life be far behind?”*

ficcionalidade para caracterizar, de forma específica, os processos comunicativos do sistema social parcial literatura [...]”, como propõe Heidrun Krieger Olinto (2003, p. 81).

O termo “ficcionalidade” é explicado por Olinto (2003, p. 81-82) da seguinte maneira:

[...] a produção e a recepção adequadas de textos literários não se baseiam em valores de verdade, os quais, entretanto, são prioritários no contexto referencial dos modelos sociais do mundo. Elas, ao contrário, se fundamentam em valores e princípios considerados válidos de acordo com certas normas poéticas prevalentes em determinado tempo e em determinados grupos sociais e culturais. Esta chamada convenção de ficcionalidade, aparentemente até hoje vigente na socialização de membros que querem/devem participar da comunicação literária, dispensa a convenção de factualidade, que, no entanto, permanece relevante em outros sistemas sociais.

Logo, o que deve ser evidenciado é que relatos memorialísticos devem ser compreendidos sob a luz de um ato artesanal, de construção, como mostra Clifford Geertz (1989, p. 11 apud KLINGER, 2007, p. 72): “Trata-se, portanto, de ficções: ficções no sentido de que são ‘algo construído’, ‘algo modelado’ – o sentido original de *fictio* – não que sejam falsas, não factuais ou apenas experimentos do pensamento.”

Retornando à narrativa memorialista de *Beira-mar* (NAVA, 1985), podemos observar que uma memória visual, corroborada por fotografias, institui-se como uma das forças de lembrança do narrador, não só porque fotografias são provas físicas do acontecimento do fato, mas também porque ajudam a lembrar, a reconstruir um fato possivelmente distante na mente. José Carlos da Costa (2007, p. 48) afirmará, a esse respeito, que a narrativa de memórias traz os “guardados” e com eles reconstrói a experiência: “Reconstruindo a experiência, exorcizam os fantasmas do passado e perenizam o vivido.”

Não obstante o valor factual das fotografias como mecanismo de apoio à memória, antes de prosseguir o raciocínio sobre *Beira-mar* (NAVA, 1985), torna-se imperativo problematizar essa última asserção de Costa (2007) e, para tal, proponho analisar os dois centros conceituais do argumento: a reconstrução da experiência e a exorcização dos fantasmas do passado. Ao aventar esse encaminhamento, pretendo menos impor crítica severa ao trabalho de Costa e mais desenvolver a hipótese que defendo aqui: que o pacto autobiográfico tem se tornado um conceito limitado pela própria época de sua criação e as escritas de si contemporâneas estão justamente se posicionando, consciente ou inconscientemente, pelo fim de barreiras impositivas tal qual o termo lejeuniano. Importa acentuar que indico o grau de consciência dessa agenda apenas por

meio difuso, uma vez que o que categorizo como “consciente” e “inconsciente” está relacionado a um tipo de posicionamento assumido na composição de escritas de si, isto é, se há uma postura clara e definida em um projeto literário que agencie discussões quanto à produção e consumo de escritas de si ou se, frente às atuais disposições sócio-culturais-históricas, esse movimento esteja, de modo imperativo mas inconsciente, implicado como fruto do tempo e espaço contemporâneos. Com isso quero evidenciar que concebo pelo menos duas alternativas para entender essa categorização, muito embora extrapole o objetivo da reflexão central deste artigo: eventualmente há escritas de si que, quando analisadas, dão margens a constatações de existência de um definido projeto de questionar limites narrativos e/ou determinantes teóricos, conquanto haja também aquelas que, mesmo sem um projeto cristalino, configuram-se da mesma forma questionadoras e inovadoras, tal seria o modo como as novas conformações das sociedades do século XXI lhes requisita. Em outras palavras, no que tange esse grau de consciência, vejo que há projetos literários confeccionados para endereçar uma agenda contra os limites teóricos para a escrita de si; por outro lado, mesmo naqueles nos quais não se assumam um projeto literário declarado, é plausível preconizar que as conjecturas das sociedades contemporâneas reforcem as transformações nas escritas de si, uma vez que tais categorias de textos lidam frequentemente com conceitos como identidade, passado, memória, entre outros, que vêm recebendo constantes revisitações epistemológicas. Dessa forma, opto por apenas referenciar esse comportamento duplo que ora resguardo ao caráter de hipótese a ser futuramente considerada.

Assim, recuperando a discussão inicial do parágrafo anterior, sugeriria pensar a possibilidade da reconstrução de uma experiência. A meu ver, a expressão é vaga, uma vez que pode indicar o ato de devolver a forma, o aspecto, a ordem ou a constituição original, podendo levar a incompreensões de ordem estrutural: devolver a constituição original pode querer apresentar uma ideia de que é possível ter novamente algum objeto em estado exatamente igual ao estado anterior à sua deterioração ou término. Isto é, o prefixo “re-”, atrelado ao substantivo “construção”, não me parece indicar com precisão se ele aponta para a repetição do ato a fim de criar o mesmo objeto (construir o mesmo objeto de modo idêntico ao qual se apresentava antes) ou se sugere a construção de algo novo, embora com traços de similitude ao primeiro. Como nesta discussão trato da experiência, preciso salientar que somente compreendida por sua segunda possibilidade interpretativa o conceito de “reconstrução de uma experiência” torna-se possível. Argumento dizendo que, quando somos levados a uma lembrança através da visão de um objeto (ou mesmo por meio de um dos outros cinco sentidos), mesmo que lembremos de momentos sociais nos quais ocorreram fatos que foram memorizados e, enquanto memória, estão carregados de sentido, não será possível a vivência da mesma experiência naquele passado. Logo, só é possível que essa reconstrução

seja a construção de uma nova experiência, embora com traços de conformidade com aquela do passado. É o narrador do presente que se volta para um passado que, de certa forma, nunca deixou de ser presente, pois está diretamente ligado à vivência desse presente.

Em outras palavras, quando um objeto nos remete a uma lembrança, a memória é ativada e se inicia uma busca pela reconstrução da cena na qual estavam embutidos o objeto propagador da lembrança e as sensações que se supõem pertinentes àquela ocorrência do passado, ambos sucedendo em meio a uma situação social específica. Mesmo que se possa “ver e sentir perfeitamente a cena” e que esta traga a sensação do vivido, com suas emoções e seus sentimentos, a experiência não será a primeva, visto seu carácter único. Toda e qualquer apreensão da experiência prima serão outras experiências e não a original. Além do mais, o indivíduo conspurcado pelo presente, já não é o mesmo ser do passado, pois os processos de construção de identidades, embora impregnados pelas experiências progressas, não podem ser compreendidos como uma simples junção de todas as experiências a formar um conjunto unitário. Aqui, a soma das partes é maior que o todo. Uma identidade não é nada mais do que um *constructo*, isto é, uma ficção, entendida neste artigo como manufatura, e corroborada com a noção de “ficcionalidade” defendida por Heidrun Krieger Olinto (2003). Manufatura esta que não pode nunca ser completada, pois estará, constantemente, sendo reinterpretada sempre que necessário. Dito isso, é importante, portanto, esclarecer que é esse o peso que dou ao termo reconstrução, onde quer que ele tenha sido usado por minha voz autoral neste artigo.

Um bom exemplo desse processo pode ser encontrado na obra *Romance negro com argentinos*, de Luisa Valenzuela (2001). Muito embora o cenário do romance seja Nova Iorque, a ditadura e a repressão argentinas, por meio da memória, assombram as personagens principais, influenciando suas visões de mundo. As identidades das personagens no presente do romance foram, obviamente, forjadas pelos acontecimentos da época da ditadura, mas, mesmo quando cenas do presente acessam a memória do passado, as personagens já não são mais aquelas do passado. Transformaram-se, e o fizeram a partir de um horizonte de expectativa criado por eles e mediado por outros significativos, como proposto pelo sociólogo Peter Berger (1991).

A pesquisadora Cecil Zinani (2010), a propósito de *Romance negro com argentinos*, defende que menções a arrombamentos realizados pela polícia, a exigência de se raspar a barba para fazer algum documento, o pulo de Roberta ao ouvir seu nome soando como metralhadora, “Roberta, ta, ta, tatatata, ta, ta!” (VALENZUELA, 2001, p. 58) e a simples visão de um manequim transportado para fora da loja de roupas onde Roberta e Augustín se encontravam constituem elementos que desencadeiam reações violentas nos dois portenhos, “[...] tornando presente um fato e uma situação que está distante no tempo e no espaço.” (ZINA-

NI, 2010, p. 5). Todavia, argumento contrariamente: os fatos do passado nunca estão distantes no tempo e no espaço, pois foram eles que contribuíram para a construção e reconstrução de quem se é hoje, ou seja, eles são constantemente presentes, mesmo que se sinta que esses fatos são controláveis porque estão cuidadosamente armazenados na memória, gerando a noção de que eles fazem parte do passado. Além disso, tempo e espaço são, nos meandros da memória, indissociáveis. Em acréscimo, como se viu acima, não seria possível revivermos uma experiência pregressa *in toto*. O que se pode fazer é elaborar uma ilusão necessária, a fim de achar que é possível, ao recordar, reviver o já vivido, e contribuir para a forja de uma sensação de controle (de ordem, de sentido, de organização) de uma história de vida.

No que se relaciona ao segundo centro conceitual da declaração de Costa (2007), a proposição de que se pode “exorcizar os fantasmas do passado”, é plausível indicar alguma incredulidade de minha parte. Da mesma forma que não se pode reviver a experiência passada em sua totalidade (logo, o revivido será outra experiência), mesmo que haja o irrompimento de uma forte memória sobre a experiência ocorrida, creio ser um equívoco afirmar categoricamente que é possível exorcizar os fantasmas das memórias, pois eles estão justamente dentro de nossa nova identidade, a do presente, e sua permanência é fundamental para que se tenha a ilusão de uma narrativa de vida coerente e cronologicamente formada. Talvez, por isso, sejam ouvidas, com certa frequência, frases do tipo “Isso me fez assim” ou “Sou assim por conta daquilo que me aconteceu”.

Os estudos sobre o Holocausto e sobre a memória traumática parecem apontar justamente para meu ponto de vista, isto é, a incapacidade de, pela narração da memória, extinguir as experiências de crise. O que as narrativas da memória podem é reescrever essas experiências, transformando-as em algum grau, mas não apagando-as, retirando-as, como creio que determina o verbo “exorcizar”.

Análises sobre as narrativas de sobreviventes como Primo Levi e Charlotte Delbo geraram um grande interesse na chamada “memória traumática” nos anos de 1990, principalmente por conta do volume editado por Cathy Caruth (1995), *Trauma: explorations in memory*. Embora o conceito de trauma tivesse uma aplicação vasta dentro de uma série de eventos históricos e disciplinas acadêmicas, o Holocausto proporcionou um caso limítrofe e gerou muitos estudos naquele campo. Neil Levi e Michael Rothberg (2003, p. 16) assinalam claramente que os estudos sobre trauma também estavam preocupados em discutir a ideia de um “passado sem solução” com relação a uma cumplicidade intelectual, como nos casos de Martin Heidegger e Paul de Man.

Por outro lado, quero esclarecer que é possível alguma transformação no estado de crise das experiências, mas só se a entendermos a partir do conceito de grau de resiliência, isto é, o tipo de resposta que é dada por um indivíduo quando da ocorrência de um trauma. Dependendo da forma como a resposta a um trauma

pode(pôde) ser elaborada instaura-se um processo de *coping* ou enfrentamento, que é caracterizado pelo modo de articulação do estresse envolvido no trauma¹¹.

Uma outra questão se apresenta em relação às formas de transmissão das memórias ligadas a eventos traumáticos: quando os filhos de sobreviventes do Holocausto atingiam a idade adulta, a transferência ou não do trauma do Holocausto para a próxima geração se tornou o foco central do trabalho de Marianne Hirsch (1997), a partir do qual ela cunha o termo “pós-memória” para descrever as maneiras pelas quais indivíduos podem ser assombrados por um passado que não experienciaram pessoalmente, mas que foi “transferido” a eles, muitas vezes inconscientemente, por membros da família.

Logo, o que se pode compreender é que a memória de um indivíduo pode estar repleta de dados imprecisos e de experiências não vivenciadas por protagonismos, entretanto, quando a memória irrompe no corpo, em algum momento ela se apresenta como sendo a verdade, uma memória que, no presente, será sempre tida como verdadeira e co-formadora de uma identidade, muito embora – frente a contestações de testemunhas oculares de um evento – venha a ser reinterpretada sob o signo da imprecisão, da inverdade ou da transferência. Dessa maneira e por muitas vezes, inconscientemente se apela para as memórias de outros seres significativos, tornando-as pessoais e particulares. Destarte, a premência da existência de um pacto autobiográfico, ao se pensar qualquer categoria ou gênero textual que lide diretamente com memória, parece-me jazer em um domínio já não mais interessante às escritas de si. É nesse sentido que opto por focalizar que há, em especial nas escritas de si contemporâneas, uma agenda a favor do abandono do conceito do pacto lejeuniano.

Essa invocação à memória de outrem pode ser vista em Pedro Nava (1984) que, no primeiro volume de suas memórias, *Baú de ossos*, cria um narrador que assume um tempo do qual não teve vivência, buscando em indivíduos relativos (familiares e amigos) elementos para agregar ao seu conhecimento de época, segundo informa Costa (2007). Embora não se configure de fato como pós-memória, essa “tomada de memória” proporciona dois momentos distintos: o autor Nava não viveu a época, mas dela se apossou para criar o narrador Nava, uma outra entidade forjada tanto pelas suas experiências próprias quanto pelas memórias dos outros. Não seria improvável supor que o autor teve sua identidade reconstruída por meio do ato de manufaturar o seu narrador. Buscando mais dados para sua história de vida, possivelmente descobriu-se outro.

Um bom exemplo desse caráter multifocal da memória é o “Caso da Sabina”, conto que primeiro é publicado em *Baú de ossos* (NAVA, 1984, p. 244-245) e depois em *Beira-mar* (NAVA, 1985, p. 406). Segundo Costa (2007), na conclusão do relato, o leitor fica sabendo que o narrador ouviu o caso de um amigo, e essa

¹¹ Uma discussão adequada desses conceitos extrapolaria o objetivo deste artigo. Para mais dados, cf.: Ordine (2013).

lembrança, portanto, não seria sua, mas sim de Levi Coelho da Rocha: “(Essa história eu a ouvi de um contemporâneo de meu Pai, Levi Coelho da Rocha, médico em Belo Horizonte. Se não estiver conforme, outro, do tempo, que a conte melhor)” (NAVA, 1984, p. 245).

O que é importante ressaltar dessa passagem é que, muito embora o caso da Sabina não seja uma memória original do narrador Nava, a lembrança de lho terem contado é sua memória, permitindo um encadeamento de lembranças que formam uma espiral memorialística. Nesse sentido, deve-se novamente observar o caráter ficcional (manufatura, construção) das narrativas memorialísticas, como o narrador Nava pontua: “Porque para mim perdem o caráter de criaturas humanas no momento em que começo a **escrevê-los**. Nessa hora eles viram **personagens** e criação minha.” (NAVA, 1985, p. 199, grifo do autor).

Numa outra obra, *O aleph*, de Jorge Luís Borges (2001), pode-se encontrar material suficiente para complementar as problematizações quanto às relações entre memória e tempo, bem como a noção de ficção como manufatura, a fim de embasar minha asserção quanto ao fim do arbítrio do pacto autobiográfico de Lejeune (1996) nas escritas de si. Em acréscimo, é lícito notar que, embora eu tenha tutelado a presença de uma agenda favorável ao fim do pacto autobiográfico nas escritas de si contemporâneas, é razoável intervir em prol da constatação de que há produtos literários cujas narrativas (ou mesmo seus processos de escrita e composição – suas fontes primárias, por exemplo) adiantassem a morte do conceito lejeuniano. A versão de *O aleph* para o inglês (BORGES, 1970), de tradução de Norman Thomas di Giovanni, traz comentários escritos por Jorge Luís Borges. Entre esses, Borges assinalou que Beatriz Viterbo existiu de verdade e que ele estava profunda e desesperadamente apaixonado por ela. O autor argentino ainda pontua que escreveu o conto depois de sua morte (BORGES, 1970, p. 8). Contudo, no pós-escrito, datado de 1943, o conto é dedicado a Estela Canto. Além de sugerir alguma dúvida quanto à identidade da personagem feminina, Beatriz Viterbo ou Estela Canto, a primeira edição de *O aleph* foi publicada em 1949. Numa outra obra, a de Miguel de Torre Borges (1987), sobrinho de Jorge Luís Borges, a primeira página do manuscrito de *O aleph* é apresentada e traz uma outra informação de data para o pós-escrito: 1944. Em sequência, a obra de Miguel de Torre Borges (1987) traz uma fotografia de Jorge Luís Borges com Estela Canto em março de 1945. Nesse jogo de composição e escrita, primeiro tem-se um pós-escrito composto antes do escrito (o conto) e, se Beatriz Viterbo era Estela Canto, o pós-escrito foi redigido antes dela morrer.

Para um último exemplo, gostaria de assinalar brevemente a análise que Diana Klinger (2007) faz da obra de César Aira, *Como me hice monja* (2004). Segundo a pesquisadora, embora a obra carregue muitos elementos da narrativa autobiográfica, o narrador de primeira pessoa promete contar a história de sua vida a partir do evento de sua transformação em freira. De modo curioso, o narrador é

adereçado como “César”, dado que se choca com o título da obra e com o fato da posição religiosa ser feminina. O leitor será colocado em cheque já nas primeiras páginas do romance.

Assim, mediante as problematizações abordadas, resta compreender que o que parece estar presente em muitas das obras citadas é justamente o caráter fluído das escritas de si, as quais apontam frequentemente para um debate quanto aos limites entre fato e ficção. Contudo, essa oposição só será possível se ainda se seguir uma definição de ficção como embuste. Assumindo-se o caráter manufatureiro da ficção, não há contenda quanto ao grau de veracidade de uma obra, em especial as escritas de si em suas variantes narrativas. Dessa forma, não será necessário exigir um teor de honestidade em um relato de primeira pessoa, quando esta é autor e narrador, para que a escrita tenha peso autobiográfico. Mais do que um pacto, o importante é a construção: se as técnicas literárias utilizadas para narrar uma história de vida forem observadas e avaliadas, será possível perceber que os jogos literários de extrapolação de limites, de regras pré-definidas, servem a uma agenda. E, na maioria das vezes, uma agenda que reflete, no mundo literário, um outro mundo também construído: as sociedades que são criadas, institucionalizadas e mantidas por indivíduos e suas histórias de vida.

ORDINE, R. Ego-writings and a contemporary agenda: the inevitable end of the autobiographical pact? **Itinerários**, Araraquara, n. 40, p. 131-146, jan./jun., 2015.

■ **ABSTRACT:** *Philippe Lejeune's theory (1996) was responsible for a remarkable epistemological framework for researches in the field of the autobiographical genre. In this article, however, I propose a reassessment of the initial definitions created by the French researcher analyzing Beira-mar (1985), by Pedro Nava, in dialogue with the critical propositions suggested by José Carlos da Costa (2007). I also intend to make reference to other literary works, such as Romance negro com argentinos (2001), by Luisa Valenzuela, O Aleph (2001), by Jorge Luis Borges and Como me hice monja (2004), by César Aira. In addition, I aim at discussing the autobiographical genre from the perspectives of Robert Folkenflik (1993) and Jerome Bruner (1993), objectifying to defend a notion of fiction as manufacturing, supported by the concept of fictionality as defined by Heidrun Kreiger Olinto (2003). Thus, I seek to point out, as one of the agendas of contemporary self-writings, the hypothesis of a dispensable autobiographical pact category for the composition of literary works of self-referential nature.*

■ **KEYWORDS:** *Autobiographical pact. Fiction. Manufacturing. Fictionality. Ego-writing.*

REFERÊNCIAS

BERGER, P. L. **A construção social da realidade**: tratado de sociologia do conhecimento. Tradução de Floriano de Souza Fernandes. Petrópolis: Vozes, 1991.

BORGES, J. L. **The aleph and other stories, 1933-1969**: together with commentaries and an autobiographical essay. Tradução de Norman Thomas di Giovanni. Boston: E. P. Dutton, 1970.

_____. **O aleph**. Tradução de Flávio José Cardoso. São Paulo: Globo, 2001.

BORGES, M. T. **Borges, fotografías y manuscritos**. Buenos Aires: Ediciones Renglon, 1987.

BRUNER, J. The autobiographical process. In: FOLKENFLIK, R. (Ed.). **The culture of autobiography**: constructions of self-representation. Stanford: Stanford University Press, 1993. p. 38-56.

CARUTH, C. (Ed.). **Trauma**: explorations in memory. Baltimore: The John Hopkins University Press, 1995.

COSTA, J. C. A construção do relato memorialístico em Beira-mar e o sentido da narrativa de memórias na América Latina. **Temas e Matizes**, Cascavel, v. 6, n. 12, p. 46-58, ago. 2007. Disponível em: <<http://e-revista.unioeste.br/index.php/temasematizes/article/viewArticle/2488>>. Acesso em: 30 nov. 2013.

FOLKENFLIK, R. Introduction. In: _____. (Ed.). **The culture of autobiography**: constructions of self-representation. Stanford: Stanford University Press, 1993. p. 1-20.

HIRSCH, M. **Family frames**: photography, narrative, and postmemory. Cambridge: Harvard University Press, 1997.

KLINGER, D. **Escritas de si, escritas do outro**: o retorno do autor e a virada etnográfica: Bernardo Carvalho, Fernando Vallejo, Washington Cucurto, João Gilberto Noll, César Aira, Silvano Santiago. Rio de Janeiro: 7Letras, 2007.

LEJEUNE, P. **Moi aussi**. Paris: Seuil, 1986.

_____. **Le pacte autobiographique**. Paris: Seuil, 1996.

_____. **Le pacte autobiographique, 25 ans après**. 2001. Disponível em: <http://www.autopacte.org/Pacte_25_ans_apr%E8s.html>. Acesso em: 14 fev. 2013.

_____. **Autopacte**. Disponível em: <<http://www.autopacte.org/>>. Acesso em: 20 mar. 2014.

LEVI, N.; ROTHBERG, M. (Ed.). **The holocaust: theoretical readings**. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2003.

NAVA, P. **Baú de ossos: memórias 1**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

_____. **Beira-mar: memórias 4**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

OLINTO, H. K. Literatura/cultura/ficções reais. In: OLINTO, H. K.; SCHOLLHAMMER, K. E. **Literatura e cultura**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2003. p. 87-103.

OLIVER, A.; SCHMEINONG, A. Ghost writers. **Analysis**, Oxford, v. 60, n. 268, p. 371-379, 2000.

ORDINE, R. Memória e realidade traumática: uma análise de Sôbolos rios que vão. In: RIBEIRO, G. (Org.). **Cá e acolá: experiências e debates multiculturais**. Fortaleza: Edições UFC, 2013. p. 205-223.

VALENZUELA, L. **Romance negro com argentinos**. Tradução de Paloma Vidal. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

WILSON, M. The ghost writer: Kafka, “Het Achterhuis”, and history. **Studies in American Jewish Literature**, University Park, v. 10, n. 1, p. 44-53, 1991.

ZINANI, C. J. A. História e memória na narrativa latino-americana contemporânea. In: FAZENDO GÊNERO: DIÁSPORAS, DIVERSIDADES, DESLOCAMENTOS, 9., 2010. Santa Catarina. **Anais...** Santa Catarina: Universidade Federal de Santa Catarina, 2010. p. 1-10. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1277899121_ARQUIVO_TextoHistoriaeMemoria.pdf>. Acesso em: 14 jan. 2014.

Recebido em 01/10/2014

Aceito para publicação em 03/04/2015

